

O trabalho das mulheres no capitalismo: proposições da teoria crítica feminista e a pertinência para a geografia

Women's work in capitalism: propositions of feminist critical theory and their relevance to geography

Le travail des femmes dans le capitalisme: propositions de la théorie critique féministe et pertinence en géographie



Ana Paula do Nascimento Vasconcelos

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil
anapaula.nvasconcelos@gmail.com



Antônio Flávio Costa Pinheiro

Universidade Estadual do Ceará (UECE); Secretaria da
Educação do Ceará (SEDUC), Fortaleza, Ceará, Brasil
fpinheiro666@gmail.com

Resumo O presente artigo enxerta os debates sobre Trabalho e Divisão do Trabalho na Geografia, sendo propositiva a leitura sobre Trabalho, Divisão Sexual do Trabalho (DST) e Trabalho Reprodutivo desenvolvido pela Teoria Crítica Feminista. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica pontuando os principais postulados, tanto de Karl Marx, no que tange aos referidos conceitos, como os de Milton Santos. Do mesmo modo, foi realizada atualização interessada à literatura crítica feminista, a qual realizou uma “implosão” nos próprios conceitos em destaque, possibilitando fazer uma leitura geográfica mais abrangente, incorporando as intersecções de classe social, gênero, raça/etnia, na observância da relação entre poder e espaços em que os homens e as mulheres ocupam nas sociedades capitalistas. Reafirma-se a pertinência do debate para a Geografia de modo geral, no sentido da leitura espacial do Trabalho que abranja as macroespacialidades e as microespacialidades.

Palavras-Chaves: Geografia; Trabalho; Feminismo.

Abstract This article integrates debates on Labor and the Division of Labor in Geography, proposing a reading of Labor, Sexual Division of Labor (SDL), and Reproductive Work through the lens of Feminist Critical Theory. To this end, a bibliographical review was conducted, outlining the main postulates of both Karl Marx, concerning these concepts, and Milton Santos. Similarly, we updated the critical feminist literature, which critically engaged with and expanded upon these concepts, enabling a more comprehensive geographical analysis. This analysis incorporates intersections of social class, gender, and race/ethnicity, exploring the power dynamics inherent in the spaces occupied by men and women in capitalist societies. It reaffirms the relevance of this debate for Geography – in general in terms of the spatial reading of work across both macro- and micro-spatial scales.

Keywords: Geography; Work; Feminism.

Résumé Article intègre les débats sur le travail et la division du travail en géographie en proposant une lecture du travail, de la Division Sexuelle du Travail (DST) et du Travail Reproductif à travers le prisme de la Théorie Critique Féministe. À cette fin, une revue bibliographique a été réalisée, mettant en évidence les principaux postulats de Karl Marx concernant ces concepts, ainsi que ceux de Milton Santos. De même, une revue de la littérature critique féministe a été effectuée, ce qui a permis de remettre en question les concepts en question, permettant ainsi une analyse géographique plus complète. Cette analyse intègre les intersections de classe sociale, de genre et de race/ethnicité, explorant les dynamiques de pouvoir inhérentes aux espaces occupés par les hommes et les femmes dans les sociétés capitalistes. La pertinence de ce débat pour la géographie est affirmée, mettant l'accent sur la compréhension spatiale du travail qui englobe les macro-spatialités et les micro-spatialités.

Mots clés: Géographie; Travail; Féminisme.

Introdução

No histórico da Geografia brasileira, as incorporações dos estudos de gênero na análise espacial são mais recentes do que na Sociologia, Antropologia e História. No entanto, no que tange aos temas: “trabalho”, “força de trabalho” e “gênero”, evidenciados numa abordagem geográfica, temos como pioneira a pesquisa de Rosa Ester Rossini, a qual, desde o final da década de 1970, vem desenvolvendo estudos que colocam em relevo o trabalho e a força de trabalho das mulheres no espaço agrário, no contexto dos canaviais no interior paulista. As pesquisas de Rossini (1993; 1998; 2002; 2011) nos mostram que os estudos geográficos que destacam as relações de gênero no aspecto do trabalho e as desigualdades no que se referem à força de trabalho contratada e remunerada, são de importância para os estudos sobre produção e leitura dos espaços geográficos, considerando as diferenças no mundo do trabalho, seja no espaço urbano ou no espaço agrário, no contexto do capitalismo.

No Brasil, há a chamada “Geografia do Trabalho”, que realiza uma abordagem na linha crítica marxista sobre os processos de reestruturação produtiva, os novos arranjos e as relações de trabalho que vão se estabelecendo na atual fase do capitalismo. Trata-se de processos e novos rearranjos que se materializam “territorialmente na permanência e na luta pelo acesso à terra” e que vão “exigindo uma compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais envolvidos diretamente nesse particular e principal via para a releitura do movimento territorial de classe, da classe trabalhadora” (Thomaz Junior, 2018, p. 8). Há um grupo de estudos e trabalho que segue entendendo que “a dinâmica geográfica do trabalho é a pista para prosseguir refletindo sobre os conteúdos da luta de classes” (Thomaz Junior, 2018, p. 10-11).

Tendo como suporte teórico os conceitos fornecidos pela Teoria Crítica Feminista de linha marxista, o texto tem por objetivo enxertar o debate sobre Trabalho, Força de Trabalho e Divisão Sexual do Trabalho (DST) no âmbito da Geografia. Para tanto, fez-se uma revisão na literatura apresentando os principais

conceitos e pertinências dos mesmos para a leitura do Trabalho e da Força de Trabalho no âmbito da Geografia. Acredita-se que há pertinência sempre latente da incorporação das elocuições teóricas feministas na Geografia, pois as transformações do capitalismo em suas fases colocam sempre o desafio à leitura e compreensão da espacialização, precarização do trabalho e à pauperização da classe trabalhadora.

O texto se encontra dividido em 6 (seis) pautas: a primeira é a introdução; a segunda faz breve revisão da literatura sobre os conceitos em discussão, sob a perspectiva marxista; a terceira traz o debate sob a ótica feminista marxista e a importância do conceito de Divisão Sexual do Trabalho (DST) posto pelas teóricas feministas; a quarta destaca o contexto da pandemia e as reflexões possíveis no âmbito da Geografia; a quinta elenca a pertinência do debate para a Geografia com a incorporação da Teoria Crítica Feminista; e, a sexta, e última, tece as considerações finais por meio das quais se enfatiza a espacialização do debate proposto no fazer do exercício das macroespacialidades e microespacialidades, assim como a incorporação dos marcadores identitários estruturantes do capitalismo no exercício da e na leitura geográfica sobre o Trabalho.

O trabalho e a divisão do trabalho

Em seus escritos sobre trabalho, no modo de produção capitalista, Marx (2015; 2019a) o apresenta como em dupla determinação: 1. como autogênese humana, mediante a relação recíproca com a natureza, que faz do ser humano não apenas um ser natural, mas um ser objetivo, um ser para si, universal e genérico; 2. o trabalho é a condição de distinção dos seres humanos dos outros animais. Desse modo, o trabalho é ontológico, pois é condição básica dos seres humanos, os quais, por meio dele e de forma livre e consciente, criam e transformam a sua própria realidade. Para Karl Marx (1818-1883), o ser humano tem uma existência orgânica e social. A ideia de existência social, além da orgânica, é o que inaugurou os fundamentos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais (Pinheiro, 2017).

Para Santos (2009, p. 63), “o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” e, portanto, por meio do trabalho, ele vai sendo produzido e reproduzido por homens e mulheres, diga-se de passagem, nem sempre com igualdade e equidade de condições e “retribuição”. Sob o ponto de vista geográfico, o trabalho não se relaciona apenas à produção de bens materiais, mas também abrange a produção e a reprodução do espaço, incluindo as cidades, as infraestruturas, as paisagens e as relações sociais que se desenvolvem no espaço. Conforme Santos (2009), o trabalho é uma força produtiva capaz de gerar riqueza e recursos, e, sob o sistema capitalista, esse trabalho, muitas vezes, é explorado e gera desigualdades sociais e espaciais.

O modo de produção capitalista, para Karl Marx, é o mais dinâmico dos modos de produção que a humanidade alcançou e tem como característica o trabalho, que se diferencia do trabalho nas sociedades pré-capitalistas. Sobre “o processo de trabalho”, Marx (2019a, p. 255) afirma que “a utilização da força de trabalho¹ é o próprio trabalho” e:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem.

Marx (2019a) considera o tempo como o intervalo entre os modos de produção e a forma como se trabalha. Há uma compressão basilar de que não é o que se produz ou deixou de produzir como bens materiais e necessidades, mas o modo como se produz as mercadorias e o modo como a força de trabalho é

empregada. Portanto, é o modo de produção que importa quando avaliamos o sistema capitalista, como bem afirma o autor “o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’”. No entanto, também afirma que é avaliando os meios de trabalho que temos uma medida do “grau de desenvolvimento da força de trabalho” que “indica as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2019a, p. 257).

O século XXI inaugurou o aprimoramento das formas de exploração do trabalho e da precarização do trabalho. Há o destaque para as atividades profissionais mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, como a uberização e a plataformização que se desenvolvem e representam o trabalho precário no atual período histórico.

Ao constatar a precarização do trabalho no presente século, enfatiza-se a pertinência da Teoria Crítica marxista para os estudos e pesquisas sobre trabalho. Nas suas obras da juventude, como em Marx (2015), o autor faz abordagem acerca do trabalho no sentido ontológico; o trabalho é expresso como autogênese humana, mediante relação recíproca com a natureza, que faz do ser humano não apenas um ser natural, objetivo, mas um ser natural humano, um ser para si próprio, um ser universal, genérico.

A partir de Marx (2016), Marx (2019a) e Marx (2019b), o autor passa a problematizar a categoria trabalho que agrega “valor de uso e valor de troca”, além de merecer também destaque o termo “força de trabalho”. Em sua produção da maturidade, percebe-se também uma maior influência da Economia Política Clássica (Economia Nacional), ao mesmo tempo em que ele desenvolve uma crítica mais acirrada sobre as relações de trabalho que testemunhava em seu tempo histórico. Marx (2007) sublinha que o ponto de partida da consideração histórica, o ser humano, é tido como possuidor de reais necessidades naturais e cuja atividade dirige-se para a satisfação dessas necessidades.

O trabalho no capitalismo, para Karl Marx, em sua visão de maturidade intelectual, resulta na produção de mercadorias que apresentam “valor de uso e

valor de troca". Enquanto produtor de "valor de uso", o trabalho é condição necessária para a existência humana, e enquanto produtor de "valor de troca" é a negação da essência humana.

O trabalho que produz "valor de troca" é a própria condição de possibilidade efetiva da sociabilidade capitalista, já que é essa forma que torna possível a existência da mais-valia (mais-valor) e, portanto, da (re)produção do capital, elemento sobre o qual a moderna sociedade burguesa está ancorada e que acaba por reger e determinar o conjunto das relações sociais. Marx (2019a, p. 294) ressalta que: "A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do/a trabalhador/a pelo capitalista". O conceito de mais-valia é a chave para explicar a exploração capitalista, pois a acumulação de riqueza sucede produzindo a "mais-valia absoluta" (aumento da jornada de trabalho sem aumento do salário) e a "mais-valia relativa" (uso de aparatos técnicos para o aumento da produção de mercadorias em menor tempo).

Com relação à divisão do trabalho em Marx (2018; 2019a), esta é centrada na divisão das partes que compõem o processo de produção de um mesmo produto. No modelo de produção manufatureiro, há a necessidade de diversos/as trabalhadores/as objetivando a produção de mais produtos e ainda. Além disso, há a divisão dos/as trabalhadores/as e a separação das profissões em conformidade com as capacidades físicas e cognitivas de cada ser humano.

Com o advento da indústria e o intenso e contínuo desenvolvimento da tecnociência, a partir da metade do século XVIII, o/a trabalhador/a, além de não ter domínio sobre os frutos de seu trabalho, fica subordinado/a ao instrumento tecnológico, constituindo-se como extensão, apêndice desse mecanismo. Sobre essa situação, Marx (2019a, p. 423) denuncia que:

A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial convertem-se em sua perfeição como membro do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função unilateral transforma o trabalhador parcial em órgão natural – e de atuação segura – dessa função, ao mesmo tempo que sua conexão com o mecanismo total o compele a operar com a regularidade de uma peça de máquina [...] A manufatura desenvolve, assim, uma hierarquia das forças de trabalho, a que corresponde uma escala de salários.

Com o processo de desenvolvimento industrial, a máquina passou a ter um papel determinante no encadeamento da parcialização do trabalho. O/a trabalhador/a passou a ficar circunscrito à execução de uma mesma e limitada atividade e acabou por perder o contato com o todo do processo produtivo. Esse processo o/a leva a um completo estranhamento frente aos produtos do seu próprio trabalho, pois ele/a já não os reconhece como resultado da sua própria atividade produtiva. Sobre a influência da industrialização na dinâmica da produção capitalista e as consequências para o/a trabalhador/a, Marx (2019a) afirma que:

A divisão do trabalho que reaparece na fábrica automática consiste, antes de mais nada, na distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas, bem como de massas de trabalhadores que, entretanto, não chegam a formar grupos articulados entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham em máquinas-ferramentas do mesmo tipo, enfileiradas uma ao lado da outra, de modo que, entre eles, ocorre apenas a cooperação simples. (p. 492).

Karl Marx (1818-1883) reforça que o trabalho industrial agride as condições físicas e espirituais dos/as trabalhadores/as e que a produção capitalista não se trata apenas de processo de trabalho, mas também de valorização do capital. Frente ao trabalhador/a, a máquina parece se tornar independente, e ele/a tem de se adaptar, pois, no processo de trabalho voltado para a produção de valor, os aparatos criados e desenvolvidos pela técnica a serviço do capital, em vez de ser subordinado ao trabalhador/a, este é quem passa a ser dominado por esses instrumentos.

Marcuse (2015), a partir de seus estudos da sociedade industrial avançada, descreve como a sociedade tecnológica reestrutura o trabalho e o lazer, tendo, portanto, determinações na vida, desde o espaço do trabalho, com sua dinâmica, e nos modos de pensamento. Para o autor, a técnica é compreendida como neutra, podendo ser utilizada tanto para a libertação quanto para a dominação dos seres humanos, bem como escassez ou abundância. Para Marcuse (2015), a técnica tem um potencial de libertar os seres humanos do trabalho abstrato, porém, no capitalismo, é empregada pela racionalidade tecnológica como instrumento de exploração e dominação dos seres humanos pelos seres humanos. Assim, a tecnologia é tida como instrumento e como forma de controle.

Herbert Marcuse (2015) enfatiza, ainda, que a racionalidade individualista é transformada em racionalidade tecnológica que subordina o próprio indivíduo. Na dominância da racionalidade tecnológica, o conjunto “máquina-técnica” passa a ser fator e o ser humano um simples instrumento, não se constituindo essa racionalidade como instrumento da emancipação humana.

Com a intensificação do desemprego estrutural, com o desenvolvimento da mídia eletrônica, biotecnologias, robótica, da microeletrônica etc., já se fala em Quarta Revolução Industrial, com esse processo contemporâneo manifestado pelas contradições internas do capitalismo que resulta, cada vez mais, no estrangulamento do próprio sistema, ou seja, no seu evidente esgotamento, denunciado pelas contradições internas da produção capitalista, como eliminação intensa e irreversível de postos de trabalho, crises econômicas recorrentes e intermináveis, produções de mercadorias e de dinheiro não atreladas, necessariamente, à lógica do “valor”.

Faz-se pertinente a valorização dos conceitos supracitados e a pertinência da leitura crítica em Karl Marx (1818-1883), pois colabora para a compreensão da implosão do próprio conceito de trabalho reelaborado pela Teoria Crítica Feminista, na qual se estabeleceram postulados que são caros a qualquer perspectiva revolucionária – que é o debate sobre classe e gênero, a princípio. Não

houve a negação, por parte das teorias feministas críticas, do conceito e das categorias destacadas por Karl Marx (1818-1883) em suas análises sobre a estrutura socioeconômica que ainda se sustenta. Ocorreram releituras do capitalismo sob a ótica feminina e feminista, dando saltos teóricos que passaram a considerar as condições das mulheres no capitalismo, analisando e incluindo o trabalho destas como importante na estruturação e manutenção da sociedade capitalista. No próximo tópico, são apontados os saltos teóricos da Teoria Crítica Feminista.

O trabalho e a sua divisão sob a ótica da teoria crítica feminista

No que tange ao debate sobre Trabalho e Divisão do Trabalho, temos como linha de frente as feministas marxistas, as quais são aquelas que combinam os princípios do feminismo com a Teoria Marxista para compreender e abordar a opressão de gênero no contexto do capitalismo. Essas teóricas feministas consideram que o patriarcado e a desigualdade de gênero são parte integrante da estrutura econômica e social do sistema capitalista. Para as teóricas marxistas, o capitalismo se baseia na exploração da classe trabalhadora, mas também explora e oprime as mulheres de maneira específica. As feministas marxistas analisam como o capitalismo se beneficia da mão de obra feminina, tanto no âmbito doméstico quanto no laboral, e como isso perpetua a desigualdade de gênero.

No Brasil, a socióloga marxista Heleieth Saffioti (1934-2010) foi pioneira nos estudos sobre o trabalho das mulheres no capitalismo. A sua Tese de Livre Docência -publicada em formato de livro intitulado *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de 1966, é sistematicamente citada/o pelas sociólogas que se dedicam aos estudos sobre as mulheres por proporcionar uma análise crítica da precariedade ou invisibilidade dos estudos sobre as mulheres no campo das Ciências Sociais e Humanas, bem como uma crítica às abordagens marxistas que têm como primazia a leitura, apenas, da divisão da sociedade em classes. A autora

é pioneira pelo fato de, até então, a Teoria Crítica Marxista de sua época não se atentar para o fator “sexo” (na tese ela ainda não usava a palavra “gênero”); e por desmistificar a leitura feminista de sua época, a qual acreditava que a emancipação econômica da mulher a livraria dos preconceitos existentes na sociedade.

Saffioti (2013) entrelaça elementos de ordem econômica, com base nas elocuições teóricas marxistas, com elementos de ordem da cultura, possibilitando a compreensão de que o capitalismo se apropriou das condições e situações das mulheres no trato social das sociedades pré-capitalistas e gozou (e goza) de vantagens em cima das mulheres. A sofisticação de Saffioti (2013) consiste na imbricação dos elementos constituídos na macroestrutura com elementos de ordem da cultura, conduzindo as suas reflexões e analisando o trabalho e a força de trabalho das mulheres na ordem vigente. Saffioti (2013) assevera:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gera; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (p. 65-66).

A Professora Heleieth Saffioti reconhece em Marx e Engels as análises sobre as condições precárias das mulheres na sociedade capitalista que se estruturava, mas, segundo ela, nenhum dos dois se atentou para o trabalho desempenhado pelas mulheres na família (no espaço-casa), o qual produz a mercadoria. O que Saffioti (2013) nos deixou explicado foi que: o capitalismo não inferiorizou a mulher, mas o sexo (considerando os aspectos biológicos) ganhou outro caráter, sobressaindo-se como justificativa para o alijamento das mulheres na organização da sociedade capitalista e das instituições que corroboram para a sua manutenção.

Uma das principais preocupações das feministas marxistas é o trabalho não remunerado realizado majoritariamente pelas mulheres no lar, como o cuidado da família e das tarefas domésticas. Argumenta-se que esse trabalho é fundamental para o funcionamento do capitalismo, já que permite aos/às empregadores/as não assumirem os custos associados ao cuidado e à reprodução da força laboral. Nesse contexto, feministas marxistas analisam a divisão sexual do trabalho e como o sistema capitalista atribui às mulheres papéis e ocupações consideradas “femininas” e menos valoradas em termos econômicos. Essa divisão do trabalho reforça as desigualdades de gênero e econômicas.

Conforme a leitura em Kergoat (2016), houve a “implosão” da definição de Trabalho pelas teorias críticas feministas. A autora informa que, ao longo dos estudos feministas, o conceito “trabalho” foi enriquecido. Na leitura das pesquisadoras feministas materialistas, como Helena Hirata (2016, p. 18), o “trabalho” deixou de ser entendido apenas como uma “produção de objetos e bens”, passando a ser compreendido como “produção do viver em sociedade”. Mulheres, sociólogas e feministas implodiram a definição de trabalho, comum nos debates sociológicos, problematizando e enriquecendo o debate com a ideia do “trabalho doméstico”, “trabalho do cuidado” e “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2016, p.18).

A elaboração do conceito Divisão Sexual do Trabalho (DST) desestabiliza a ideia de que as habilidades para o trabalho de mulheres e homens são determinadas pelos aspectos biológicos de cada ser, de modo que passam a ser naturalizadas as tarefas domésticas como típicas e naturais das mulheres; e a ideia de que a mulher “nasceu” para os trabalhos domésticos. O exercício teórico-metodológico, que saltou da divisão do trabalho, conforme Karl Marx, para a Divisão Sexual do Trabalho (DST), tem diversas precursoras, mas foi, principalmente nos anos 1970, com as feministas francesas que a consciência crítica sobre o trabalho feito pelas mulheres, dentro de casa, se tornou mais latente.

Kergoat (2016) enxertou o conceito Divisão Sexual do Trabalho, dando-lhe valor analítico para a compreensão da divisão do trabalho e das relações que se estabelecem entre homens e mulheres nas sociedades capitalistas. A DST é a divisão do trabalho que se estabeleceu com base no sexo no decorrer das transições dos modos de produção e organização das sociedades. É uma divisão histórica, baseada em aspectos biológicos, portanto, é passível de ser questionada. A DST entende, problematizando, os homens na esfera produtiva e as mulheres alocadas na esfera reprodutiva. Tal divisão tem como princípio norteador a ideia de que, para cada sexo (feminino e masculino) existe um trabalho, e o trabalho do sexo masculino tem mais valor do que o trabalho do sexo feminino (KERGOAT, 2016).

E, nessa linha de entendimento, há o pensamento dicotômico sobre o trabalho – trabalho de homem e trabalho de mulher. Consequentemente, há também uma divisão dos domínios público e privado, e o que podemos chamar de espaço público e espaço privado, sendo a casa o espaço privado “natural” da mulher e a rua o espaço público “natural” dos homens. O espaço público, pertencente aos homens, é onde se trabalha fora do espaço casa, é o trabalho considerado produtivo pelo fato de gerar mais-valia e renda. Tomando a ideia do trabalho produtivo, os homens, devido aos aspectos de uma cultura patriarcal, se isentam dos trabalhos necessários no espaço-casa (lavar e passar roupas, lavar louças, varrer a casa, cuidados com as crianças ou idosos, entre outros).

No capitalismo, o espaço casa é o espaço privado, o do domicílio, o espaço da mulher dona de casa que tem de dar conta de todos os afazeres da casa. É o trabalho reprodutivo que é considerado improdutivo nas sociedades capitalistas, pois não é remunerado, não gera mais-valia. Não é um trabalho socialmente e nem epistemologicamente reconhecido. Certamente, pela ausência de problematização no âmbito epistemológico, há a ausência de reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho essencial para a manutenção da sociedade.

É promissora a leitura crítica de Federici (2021) sobre a divisão do trabalho em Marx (2017) e o seu não atentar para o trabalho das mulheres, embora tal ausência em Marx (2017) seja justificada, pela própria Federici (2021), como um “fato histórico”, pois, segundo a autora, o que Marx observou ainda não era a conformação da família e o confinamento das mulheres no espaço-casa. Mulheres e homens (e crianças) trabalhavam no espaço geográfico no período histórico em que Marx desenvolveu as suas teses sobre o capitalismo que se encetava. Porém, é importante compreender que houve um entendimento sobre trabalho que inviabilizou o debate e a importância sobre o trabalho doméstico.

As feministas marxistas buscam a libertação das mulheres por meio da transformação radical das estruturas sociais e econômicas, considerando que a igualdade de gênero não pode lograr plenamente dentro do sistema capitalista, já que esse sistema se baseia na exploração e na opressão das mulheres. As feministas marxistas também exploram as interseções entre gênero, raça, classe e outras categorias de opressão, reconhecendo que as experiências de opressão são múltiplas e se entrelaçam. Essas feministas buscam construir alianças e solidariedade entre diferentes grupos oprimidos para lutar contra o sistema capitalista e lograr a libertação de todos e todas.

A pandemia da covid-19 e o trabalho reprodutivo

O ano de 2020 inaugurou um novo marco na história da humanidade. Em dezembro de 2019, a *World Health Organization* (WHO) notificou com um alerta sobre casos de pneumonia em Wuhan, na província de Hubei na China (WHO, 2020). No dia 26 de fevereiro de 2020, as autoridades sanitárias no Brasil anunciaram o primeiro caso de Covid-19. A vítima do vírus era um senhor de 61 anos que deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein em São Paulo com histórico de viagens para Itália, região da Lombardia (BRASIL, 2020).

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo no trabalho reprodutivo das mulheres. Com as medidas de restrição e o fechamento de

escolas, creches e outros serviços de cuidados, as famílias passaram a depender ainda mais do trabalho reprodutivo realizado em casa. As mulheres, principalmente, enfrentaram uma sobrecarga adicional de trabalho, equilibrando o cuidado da família, as atividades domésticas e, em muitos casos, o trabalho remunerado. Com o aumento do tempo gasto em casa, houve uma demanda maior por tarefas, como limpeza, cozinha, cuidado das crianças e assistência aos idosos. Além disso, muitas mulheres tiveram de se adaptar ao trabalho remoto, o que trouxe desafios adicionais para conciliar as responsabilidades domésticas e profissionais.

O trabalho reprodutivo refere-se às atividades necessárias para a reprodução e sustentação da vida, tanto no âmbito doméstico quanto na esfera social. Inclui tarefas como cuidar de crianças, realizar tarefas domésticas, preparar refeições, cuidar de idosos, administrar o lar e outras atividades relacionadas ao cuidado e à manutenção da vida cotidiana. Diferentemente do trabalho produtivo, que, geralmente, é remunerado e ocorre no contexto formal do mercado de trabalho, o trabalho reprodutivo é frequentemente realizado de forma não remunerada e invisibilizada, principalmente quando realizado pelas mulheres. Essa invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo é resultado de normas de gênero e estruturas sociais que atribuem, tradicionalmente, às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e trabalho domésticos (ALVES, 2021).

Hirata (2016) enfatiza a interconexão entre trabalho produtivo e reprodutivo, argumentando que a organização e a divisão desigual desses tipos de trabalho perpetuam desigualdades de gênero. Ela destaca como as mulheres são frequentemente sobrecarregadas com a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado, o que limita suas oportunidades de participação no mercado de trabalho, sua independência financeira, e reforça estereótipos de gênero. A autora destaca que, para revertermos o quadro de sobrecarga para as mulheres no que tange ao trabalho reprodutivo, as políticas públicas e as transformações sociais são necessárias para uma distribuição mais igualitária do trabalho reprodutivo e produtivo. Ela propõe medidas como a redução da jornada

de trabalho, o desenvolvimento de infraestruturas de cuidado acessíveis e a promoção de políticas que envolvam homens na divisão do trabalho de cuidado.

Sob o ponto de vista da Teoria Crítica Feminista, o trabalho reprodutivo é fundamental para o funcionamento da sociedade, pois assegura a reprodução física e emocional dos indivíduos, a manutenção das famílias e comunidades e a própria reprodução da força de trabalho. Sem o trabalho reprodutivo, seria difícil ou mesmo impossível que as pessoas (principalmente homens) trabalhassem e contribuíssem para a produção de bens e serviços na economia. Por exemplo, o trabalho profissional do cuidado de crianças permite que os pais ou responsáveis tenham possibilidade para se dedicar às suas atividades profissionais fora de casa. Da mesma forma, o cuidado profissional de idosos ou pessoas doentes contribui para sua saúde e bem-estar, permitindo que outras pessoas possam trabalhar fora de casa.

No contexto brasileiro, uma das pesquisas mais expressivas sobre a relação trabalho e mulheres na pandemia foi elaborada pela associação *Gênero e Número*, em parceria com a Sobreviva – Organização Feminista (GÊNERO E NÚMERO, 2020). O objetivo maior da pesquisa foi “conhecer as dimensões do trabalho e da vida das mulheres durante a pandemia”, e, assim, dentro de uma amostragem de 2.641 respostas, a pesquisa nos mostra que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém no período da pandemia. A resposta entre mulheres negras, brancas e indígenas que passaram a cuidar de alguém durante a pandemia é de 52% das mulheres negras, 46% das brancas e 50% indígenas. As perspectivas da cor e da etnia levadas em consideração nos revelam as desigualdades para além das classes sociais.

Outro aspecto relacionado ao trabalho no período da pandemia foi o desemprego e a desocupação. A pandemia da COVID-19 teve impacto desproporcional no desemprego entre as mulheres. Vários fatores contribuíram para esse cenário. Primeiro, setores da economia, fortemente afetados pelas restrições e medidas de distanciamento social, como serviços de hospedagem,

turismo, varejo e restaurantes, são áreas em que as mulheres estão sobrerrepresentadas em termos de emprego. O fechamento de empresas e a redução da demanda nesses setores resultaram em demissões em larga escala, afetando diretamente as mulheres trabalhadoras.

A amostragem da pesquisa da associação *Gênero e Número* revela que 58% das mulheres que ficaram desempregadas durante a pandemia são negras; seguindo de 39% brancas e 2,5% indígenas e amarelas (GÊNERO E NÚMERO, 2020). Cabe ressaltar que as mulheres são maioria em empregos informais e precários, os quais, geralmente, são mais vulneráveis a crises econômicas. Acrescenta-se ainda que, em relação às atividades realizadas sem contrato, consideradas ocupações, as mulheres que trabalham em domicílio, principalmente, na condição de diaristas, foram as mais afetadas. Com a redução da atividade econômica durante a pandemia, muitas trabalhadoras informais perderam suas fontes de renda. Além disso, as medidas de isolamento social dificultaram a continuidade do trabalho informal, como serviços domésticos ou venda ambulante.

Com as medidas de distanciamento social, *lockdowns* e fechamentos de escolas e creches, as mulheres enfrentaram um aumento desproporcional nas responsabilidades de cuidado e trabalho doméstico. Com o fechamento das escolas e a transição para o ensino a distância, muitas delas tiveram de assumir a tarefa adicional de auxiliar seus filhos nas atividades escolares, o que exigiu tempo e energia extras. Além disso, o cuidado de idosos e pessoas doentes também se intensificou durante a pandemia, aumentando a carga de trabalho reprodutivo.

A pandemia intensificou a desigualdade de gênero destacando, sob o ponto de vista analítico, a importância dos conceitos de Divisão Sexual do Trabalho (DST) e Trabalho Reprodutivo na atual fase do capitalismo. A divisão sexual do trabalho no capitalismo refere-se à distribuição desigual das ocupações e tarefas entre homens e mulheres, que é influenciada por normas de gênero e pelas estruturas econômicas e sociais do sistema capitalista. Essa divisão do trabalho é moldada por diferentes fatores, como estereótipos de gênero, hierarquias sociais

e relações de poder. Existe uma tendência histórica de segregação ocupacional, na qual certas profissões e setores são associados a um determinado gênero.

Kergoat (1996) analisa as relações sociais de gênero como um sistema complexo e dinâmico que atravessa diferentes esferas da vida, incluindo o trabalho. A autora argumenta que as relações de gênero são construídas e mantidas por meio de práticas sociais, representações e normas que permeiam todas as esferas da sociedade. Ela chama de “sistema de gênero”, explicando que este não é algo fixo ou natural, mas sim uma construção social e histórica. Ele é moldado por uma variedade de fatores, incluindo estruturas econômicas, relações de poder, ideologias e práticas culturais. Esses elementos interagem e se reforçam mutuamente para perpetuar as desigualdades de gênero.

No contexto do trabalho, a Teoria do Sistema de Gênero, de Kergoat (1996), destaca como as relações de poder e as normas de gênero influenciam a divisão desigual das ocupações, as disparidades salariais, a segregação ocupacional e a discriminação no mercado de trabalho. A socióloga argumenta que a desigualdade de gênero no trabalho não é simplesmente uma questão de habilidades individuais, mas sim uma consequência das estruturas e dinâmicas sociais mais amplas.

Kergoat (1996) também examina a intersecção entre o sistema de gênero e outras formas de opressão, como classe social e raça/etnia. Ela argumenta que as desigualdades de gênero são, frequentemente, agravadas pela interseção com outras formas de desigualdade, resultando em experiências diferenciadas para mulheres de diferentes contextos sociais. A perspectiva de análise das relações sociais, para além das relações de classe, possibilita a compressão dos sistemas de opressão e exclusão que configuram e sustentam o capitalismo, sendo, portanto, uma proposição analítica para a Geografia e suas leituras socioespaciais.

A pertinência dos conceitos de trabalho e divisão sexual do trabalho, sob a ótica feminista, para a geografia

A Geografia que se concentra como campo de estudo das relações de gênero, poder e espaço é chamada de Geografia Feminista. Nela, podem-se destacar nomes como Rosa Ester Rossini, Joseli Maria Silva, Susana Maria Veleda da Silva, Sônia Alves Calió, a última com a tese de doutorado intitulada *Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana*. A Geografia Feminista busca examinar as formas como o gênero é construído, vivenciado e reproduzido no contexto das relações espaciais e territoriais. É um campo de análise que muito se alimenta da Sociologia de modo a criticar a Geografia Tradicional que, frequentemente, negligência a dimensão de gênero em suas análises. A Geografia, orientada pelas teorias feministas, procura destacar como as experiências das relações de poder diferem com base no gênero e na sexualidade, e tais diferenças findam por moldar a forma como as pessoas vivenciam e se relacionam com os espaços, os lugares, os territórios e as paisagens.

A Geografia, de modo geral, tem a possibilidade de desempenhar papel importante na análise da Divisão Sexual do Trabalho, investigando como as ocupações e as tarefas são distribuídas entre homens e mulheres em diferentes regiões geográficas – macroespacialidades e microespacialidades – como o espaço da casa. Cumpre destacar que a Geografia tem possibilidade investigativa em alguns pontos relacionados ao Trabalho e à Divisão Sexual do Trabalho. No que tange às oportunidades de emprego, sabe-se que as disponibilidades de diferentes tipos de empregos e de setores econômicos variam de acordo com a Geografia. Isso pode ser constatado: a) em algumas regiões, onde certos setores podem ser dominados por homens, enquanto outros são mais valorizados para as mulheres; b) com relação à divisão entre trabalho remunerado e não remunerado, nos espaços em que as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado, e as disponibilidades de serviços de cuidado e de infraestrutura social

variam entre regiões. Isso pode influenciar a disponibilidade das mulheres para entrar no mercado de trabalho remunerado.

A análise sobre Trabalho e Divisão Sexual do Trabalho na Geografia/Geografia Feminista também inclui uma reflexão sobre as experiências e vivências de diferentes grupos de mulheres, considerando as intersecções entre gênero, raça, classe social e outros marcadores identitários. Isso leva em conta como as desigualdades de gênero são vivenciadas e reproduzidas de forma diferenciada por mulheres pertencentes a diferentes contextos e grupos sociais. A introdução das perspectivas feministas na Geografia amplia o caráter social e político das pesquisas, pois amplia o olhar para a diversidade humana, além de revisar e compor geografias críticas e intencionadas para as transformações sociais.

Sob o ponto de vista das microespacialidades, a casa é um espaço que pode e deve ser problematizado. O que é importante, sob o olhar geográfico, é a compressão de que o espaço-casa, enquanto esfera da vida privada, mantém a relação dialética com o espaço-público. A dicotomia que se faz também implica na relação que se estabelece com o espaço privado da casa e as relações que se estabelecem entre os homens e as mulheres no âmbito do casamento como contrato, bem como na forma como o Estado intervém nas questões das violências domésticas, além do não reconhecimento do trabalho doméstico em termos de validação contratual da mulher e suas respectivas remunerações. Corroborando o que diz Pateman (2013, p. 55), a leitura da oposição que se faz das esferas pública e privada é também a “oposição desigual entre homens e mulheres”

A Teoria Crítica Feminista questiona os motivos da separação das esferas públicas e privadas de modo que a própria divisão da sociedade civil e a vida privada se tornem despolitizadas, e o espaço público é inerentemente considerado o espaço dos homens. Conforme Pateman (2013, p. 61), responder a essas questões perpassa entender a “própria separação da produção em relação ao agregado familiar e ao surgimento da família como paradigmaticamente privada”. Além disso, exige, portanto, a compreensão do que se vem, até aqui, dissertando

sobre a transição dos modos de produção e as relações que se estabeleciam entre homens e mulheres e as relações que passaram a se estabelecer com a organização do capitalismo como modo de produção ainda vigente. Ademais, exige entender o surgimento da família nuclear patriarcal capitalista como importante para a organização e manutenção da ordem capitalista e a organização da força de trabalho para a sua permanência.

Considerações finais

Fez-se uma revisão teórica-conceitual sobre Trabalho e Divisão do Trabalho sob a perspectiva marxista para se fazer compreender o Trabalho, a Divisão Sexual do Trabalho (DST) e o Trabalho Reprodutivo sob a ótica da Teoria Crítica Feminista fundamentada no marxismo. Ressaltam-se as nuances das abordagens marxistas e das abordagens marxistas feministas, porém, no presente texto, foi dada ênfase ao horizonte conceitual que se refere à leitura crítica do trabalho, destacando a questão de gênero no contexto da pandemia da Covid-19. O intuito foi enfatizar a atualidade da leitura crítica encorpada pela crítica feminista e pela pertinência para a Geografia.

As teóricas feministas têm dado destaque ao Trabalho Reprodutivo, buscando reconhecer a sua importância, no intuito de valorizar as contribuições das mulheres e questionar as desigualdades associadas a essa divisão sexual do trabalho. Para a linha de pensamento feminista, o Trabalho Reprodutivo, feito pelas mulheres, é o que sustenta o trabalho produtivo, o qual é essencial para a manutenção do sistema capitalista. Essas perspectivas enfatizam a necessidade de redistribuir, de forma mais equitativa, as responsabilidades do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, bem como a importância de políticas e estruturas sociais que apoiem e valorizem esse trabalho.

O trabalho das mulheres durante a pandemia da COVID-19 foi significativamente impactado em diversos aspectos. A crise sanitária trouxe

desafios adicionais para as mulheres, ampliando as desigualdades de gênero existentes e expondo ainda mais as disparidades em termos de acesso a oportunidades e direitos. Durante a pandemia, as mulheres passaram a cuidar de alguém (criança ou pessoa idosa), tiveram de abandonar os seus postos de trabalho ou foram demitidas e passaram a cuidar, exclusivamente, dos trabalhos domésticos não remunerados. Numa análise que envolve a cor e a etnia, as mulheres negras foram as que mais se dedicaram aos trabalhos dos cuidados, sendo, também as que mais perderam os empregos.

Para a Geografia, o dimensionamento dos focos de pesquisa para a Divisão Sexual do Trabalho e para o Trabalho Reprodutivo amplia as possibilidades de pesquisas no campo de forma a redimensionar as escalas – microespacialidade e macroespacialidade – a fim de problematizar os espaços de trabalho e por quem são ocupados, assim como o espaço da casa, imbricado pelas relações sociais e políticas da sociedade, figurando como o espaço de trabalho não remunerado para as mulheres. É importante que uma Geografia do Trabalho possa contribuir com o debate sobre as desigualdades de gênero, raça/etnia, sexualidade e outros marcadores que nos revelam as relações de poder no e com os espaços.

Referências

ALVES, Clarissa Cecilia Ferreira. **O trabalho reprodutivo sob o capital:** mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado. Belo Horizonte: Letramento, 2021. 438p.

BRASIL. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus.** Governo do Brasil, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 28 set. 2024.

CALIÓ, Sônia Alves. **Relações de gênero na cidade:** uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana. 1991. 194f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FEDERICI, Silva. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

GÊNERO E NÚMERO. **Sem parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: https://mulheresnapanidemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024

HIRATA, Helena. O trabalho do cuidado. **SUR24**, [S. l.], v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862888/mod_resource/content/0/Helena%20Hirata%20O%20trabalho%20de%20cuidado.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. *In*: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015. 245p.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 614p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2015. 190p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 405p.

MARX, Karl. **O Capital [livro I]**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2018. 216p.

MARX, Karl. **O Capital [livro I]**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2019a. 894p.

MARX, Karl. **O Capital [livro II]**: crítica da economia política: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2019b. 766p.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. *In*: BIROLE, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013. 55-79p.

PINHEIRO, Antônio Flávio Costa. **Trabalho, natureza e luta ambiental no contexto do capitalismo, num olhar marxiano e dos marxistas**. 2017. 104f. (Graduação em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Gênero e Geografia – Mulher, Trabalho e Família. O exemplo da área de Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], n. 12, p. 7-26, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53732>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ROSSINI, Rosa Ester. A população brasileira: trabalhar e sobreviver. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 7, p. 101-120, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53684>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, p. 1-58, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ROSSINI, Rosa Ester. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres. Incorpora mais a Mulher na cidade e menos no campo. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, p. 47- 56, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123771>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

THOMAZ JR, Antonio. Geografia do Trabalho por inteiro. **Pegada**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2018. Disponível: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>. Acesso em: 12 jan. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO advice for international travel and trade in relation to the outbreak of pneumonia caused by a new coronavirus in China. **World Health Organization**, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/articles-detail/who-advice-for-international-travel-and-trade-in-relation-to-the-outbreak-of-pneumonia-caused-by-a-new-coronavirus-in-china>. Acesso em: 28 set. 2024.

Notas

1. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho, entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx, 2019a, p. 242).

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuição dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora, Ana Paula do Nascimento Vasconcelos, ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico conceitual. O segundo autor, Antônio Flávio Costa Pinheiro, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise, além dos procedimentos técnicos e tradução do artigo. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais do BGG.

Ana Paula do Nascimento Vasconcelos, Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Graduada e licenciada em Geografia pela UECE e atualmente doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. É vinculada ao Laboratório de Estudos em Geografia Cultural (LEGEC/UECE) e pesquisadora do grupo de pesquisa "Gênero, Família e Geração nas Políticas Públicas e Sociais," certificado pelo CNPq. Integra a equipe do Observatório da Violência Contra a Mulher (Observem/UECE) e é pesquisadora integrante da equipe Cientista-Chefe da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), vinculada à Secretaria das Mulheres (SEM) do Governo do Estado do Ceará. Professora da Educação Básica.

Antônio Flávio Costa Pinheiro, Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, Graduação em Geologia pelo Departamento de Geologia/CC/ Universidade Federal do Ceará, Graduação em Geografia / Bacharelado pela Universidade Estadual do Ceará, Graduação em Geografia / Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará, Graduação em História / Bacharelado pela Universidade Federal do Ceará, Graduação em História / Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, Especialização em Educação Ambiental, Metodologia do Ensino em Geografia e Especialização em Psico-Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará. Vinculado a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, atuando como Professor Titular na Área de Geografia.

Data de recebimento: 12 de março de 2024

Aceite: 28 de setembro de 2024

Publicação: 14 de novembro de 2024